

Para que o direito chegue ao cidadão



» JORGE DUARTE
Presidente da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública)

Há uma falha das instituições públicas que quase nunca aparece nas estatísticas, mas é fácil perceber quando prestamos atenção. Ocorre quando o serviço existe, o atendente sabe, a lei prevê, o regulamento concede, o aplicativo está no celular, a campanha está na rua, mas o cidadão não sabe, não entende o que fazer, perde o prazo, perde-se no caminho ou desiste antes de começar. Todos vimos isso. Às vezes, o problema não está na ausência da política pública, mas na incapacidade de torná-la acessível.

Esses problemas aparecem concretamente quando um aposentado tem desconto indevido no INSS e nem percebe; quando os índices de vacinação caem; quando uma família perde inscrição em programa social porque a regra mudou e o alerta não chegou; quando o atendimento passa a depender do aplicativo, cadastro e senha digital, e deixa parte da população sem orientação suficiente; quando moradores de área de risco não recebem ou não entendem um alerta de emergência ou quando o contribuinte confunde orientação oficial com golpe. A maior parte da população não pode pagar advogado, despachante, contador, especialista em tecnologia ou alguém para enfrentar a fila em seu lugar. Quando a informação de interesse público é difusa, confusa ou fica escondida, avança quem domina o sistema, tem tempo ou ajuda. Os demais ficam pelo caminho. Kafka, nesse caso, quase parece história infantil.

Dados oficiais mostram a dimensão do problema. No INSS, 6,4 milhões de pessoas contestaram descontos associativos não autorizados em seus benefícios. O IBGE mostrou que 20,5 milhões de pessoas de 10 anos ou mais não usaram internet em 2024, e 45,6% delas disseram não saber usar. Não são apenas números. São situações concretas de cidadãos que ficam pelo caminho. O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) 2024 aponta outro obstáculo: 29% dos brasileiros de 15 a 64 anos são analfabetos funcionais, e apenas 10% alcançam o nível proficiente de leitura, escrita e matemática. Também é preciso enfrentar uma herança incômoda: a comunicação estatal brasileira historicamente é marcada pela propaganda, pela promoção do poder e pela proteção da autoridade. A Constituição de 1988 apontou outro caminho: a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Desrespeitar esse princípio não é apenas irregularidade jurídica, mas desvio de finalidade que enfraquece a confiança da sociedade nas instituições.

Mesmo quando há área de comunicação, parte do problema está no uso limitado dessa capacidade. Há profissionais altamente qualificados atuando, mas o Estado nem sempre valoriza, capacita e dá condições e autonomia para que essa competência seja orientada ao cidadão, e não apenas à divulgação de agendas, eventos e retórica oficiais. Comunicação na área pública não deveria entrar no fim do processo como operação de “dar divulgação”. Comunicação pública é orientada à cidadania e deveria estar presente desde o começo, quando se decide como uma política vai chegar às pessoas. Comunicação na área pública é função de Estado, não de governo nem de promoção pessoal.

Por isso, comunicação deve ser entendida como processo e infraestrutura de implementação das políticas públicas. Deve melhorar processos, ajudar o cidadão e produzir mudança. Leis, normas e recursos são indispensáveis, mas não bastam. Se a sociedade não entende, não acessa, não confia ou não adere, a política entrega menos do que poderia. Há uma diferença gigantesca entre divulgar uma política e fazer comunicação para que a política funcione.

É nesse contexto que se torna relevante debater a comunicação pública como política de Estado. De 16 a 18 de setembro, Brasília receberá o 4º Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, o ComPública, realizado pela Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública) e pela Câmara dos Deputados, em parceria com TCU, UnB e Senado, e com apoio, até agora, de 14 instituições públicas e entidades. O tema, “Uma agenda para a cidadania”, é um posicionamento: comunicação deve estar a serviço do cidadão, não do governante.

A ABCPública completa 10 anos, e a Câmara dos Deputados celebra 200. O encontro deve reunir profissionais de comunicação e gestores públicos para discutir como Estado e sociedade podem se entender melhor em um momento de desinformação crescente e baixa confiança nas instituições. Mas o congresso não interessa apenas a comunicadores e gestores públicos. Interessa a quem acredita que a democracia não se resume ao voto, mas depende de informação acessível, compreensível e utilizável, instituições abertas, escuta real e prestação de contas.

Comunicação não substitui boa política pública nem gestão competente. Mas, sem comunicação pública eficaz, até boas políticas podem chegar tarde, chegar mal ou não chegar. O direito à cidadania é o melhor argumento para levar comunicação a sério.

Intoxicação digital: a humanidade na era dos mendigos emocionais



» AUGUSTO CURY
PhD, psiquiatra, escritor, gestor e embaixador de projetos gratuitos para prevenção de transtornos emocionais

Desde que Steve Jobs apresentou o iPhone ao mundo, em 2007, a humanidade não apenas colocou um computador no bolso; colocou uma usina de estímulos dentro da própria mente. Vieram, na esteira desse terremoto tecnológico, as redes sociais, os vídeos curtos, a recompensa instantânea, a dopamina barata, a distração sem pausa e a emoção sem profundidade. O ser humano, que antes precisava contemplar, esperar, conversar, frustrar-se e construir, passou a deslizar o dedo para obter migalhas de prazer. Nunca estivemos tão conectados às máquinas e tão desconectados de nós mesmos.

Como psiquiatra publicado em dezenas de países, venho denunciando, muitas vezes como um pensador solitário, que a humanidade entrou na era dos mendigos emocionais. Mendigos emocionais são pessoas que precisam de muitos estímulos para sentir pequenos fragmentos de alegria. São consumidores de telas, mas órfãos de interioridade. São ricos em imagens, mas pobres em sentido. São espectadores do mundo, mas não autores da própria história.

As redes sociais venderam comparação. É a comparação, quando não é gerenciada, torna-se uma fábrica de ansiedade. Há uma síndrome comparativa em três níveis que tenho observado: compara-se o corpo, compara-se o sucesso e compara-se a felicidade. No primeiro nível, nasce a ditadura da beleza, que transforma o corpo humano em mercadoria e faz milhões de jovens se olharem no espelho como inimigos de si mesmos. No segundo, nasce a ditadura do sucesso fácil, em que todos parecem vencer e brilhar sem esforço e sem disciplina. No terceiro, nasce a ditadura da felicidade artificial, em que ninguém pode sofrer ou fracassar. Mas não há felicidade sem dor elaborada. Não há maturidade sem frustração. Quem foge de toda dor se torna frágil para viver.

Os vídeos curtos treinaram a mente a abandonar a profundidade. O pensamento crítico, que precisa de tempo, silêncio e elaboração, passou a competir com estímulos de segundos. A juventude está sendo educada por algoritmos que conhecem seus impulsos, mas não seus sonhos. O algoritmo não ama nem forma caráter. Ele apenas captura atenção, a moeda mais valiosa do século. Quando a atenção é sequestrada, o eu deixa de ser gestor da mente e passa a ser refém da próxima notificação. Muitos não descansam nem quando estão parados, porque a mente continua correndo.

O excesso de estímulos intoxica o cérebro e empobrece a capacidade de contemplar o belo. A criança perde o encanto pelo brincar. O adolescente perde o encanto pelo diálogo. O adulto perde o encanto pela vida simples. Estamos na era da alienação social, da mentira refinada, da dissimulação estética e da vida encenada. Milhões vivem personagens. Postam uma felicidade que não sentem, uma segurança que não têm, uma prosperidade que não construíram, uma beleza que não reconhecem em si mesmos. O palco digital, quando não é gerenciado, transforma seres humanos em atores angustiados. O aplauso dura segundos. O like anestesia, mas não cura a carência. O compartilhamento amplia a imagem, mas não aprofunda a alma. O ser humano está adoecendo não por falta de tecnologia, mas por falta de gestão da emoção diante dela.

A questão não é demonizar o smartphone; é impedir que ele se torne o senhor da nossa mente. A questão não é destruir as redes sociais, nem demonizar as inteligências artificiais, mas usá-las criticamente, sem perder nossa autonomia e nosso pensamento. Precisamos ensinar crianças, jovens e adultos a usarem criticamente a tecnologia, inclusive com uma nova disciplina escolar. Também deveríamos praticar um jejum digital semanal para proteger a mente, desacelerar os pensamentos, questionar padrões irreais e voltar a conversar olhando nos olhos.

Precisamos formar o Eu como autor da própria história, e não como escravo das janelas virtuais. Precisamos ensinar que a mente mente quando não é gerenciada. Ela mente quando diz que todos são mais felizes e bem-sucedidos. Ela mente quando transforma uma tela em tribunal e a autoestima em ré. Precisamos de educação socioemocional, gestão da emoção, pensamento crítico e uma nova ética digital. Caso contrário, teremos máquinas cada vez mais inteligentes e seres humanos cada vez mais emocionalmente falidos. O futuro não será decidido apenas por quem dominar a inteligência artificial, mas por quem ainda conseguir dominar a própria mente.

Mulheres vivas não podem esperar



» RACHEL RIPANI
Cofundadora do Levante Mulheres Vivas

» ANA CAROLINA OLIVEIRA TESSMANN E HELLEN FRIDA
Representantes do movimento no Distrito Federal

Opais tem diante de si uma chance concreta de enfrentar uma das raízes da violência que atinge brasileiras todos os dias. O Projeto de Lei 896/2023, conhecido como PL da Misoginia, que trata do ódio contra mulheres, deve chegar ao Plenário da Câmara dos Deputados. No Distrito Federal, 11 mulheres foram vítimas de feminicídio no primeiro trimestre de 2026, segundo dados da Polícia Civil e do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Por trás de cada número, há uma família que perdeu uma mulher, uma menina que cresceu com medo, uma mãe que pediu ajuda, uma vida que poderia ter sido salva.

Esse debate não pertence a um partido, a uma ideologia ou a um grupo específico. A misoginia atravessa regiões, classes sociais e espaços de poder. Ninguém está imune a esse risco. Esse tipo de

discriminação não escolhe endereço ou origem. Pode atingir qualquer mulher. Por isso, o fato de o tema ter reunido vozes diferentes no parlamento e na sociedade civil não é um detalhe. Votar a favor do PL 896/2023 é afirmar que ataques, preconceito, ameaças e agressões não podem ser tratados como algo normal ou como mera opinião.

A proposta já passou pelo Senado, com 67 votos a favor e nenhum contra, e avançou na Câmara após análise de um grupo de trabalho. O texto define a misoginia como conduta motivada por ódio ou aversão às mulheres e a equipara aos crimes de preconceito ou discriminação. Também prevê pena de dois a cinco anos de reclusão, além de multa, e amplia a resposta penal para crimes praticados na internet com objetivo de lucro, audiência ou engajamento.

Pode parecer uma medida elementar, mas sua concretização enfrenta resistências que revelam a complexidade do tema. A misoginia não se resume a uma opinião pessoal ou a um sentimento subjetivo, ela opera como uma estrutura que organiza relações sociais e econômicas. Dados da Oxfam indicam que o trabalho não remunerado realizado por meninas e mulheres movimenta o equivalente a US\$ 10,8 trilhões por ano globalmente. Cuidar da casa, dos filhos, dos idosos e dos enfermos recai sobre elas de forma sistemática e invisibilizada, e esse arranjo, que beneficia setores inteiros da economia, não será desmontado sem que haja um enfrentamento direto à cultura que o sustenta.

A violência contra as mulheres raramente começa no crime mais extremo. Antes do feminicídio, muitas vezes houve ameaça, exposição, perseguição,

assédio, descrédito e silêncio. Houve pedido de ajuda sem resposta. Houve medida protetiva sem proteção real. Também há conteúdos na internet que tratam as mulheres como inimigas e ajudam a naturalizar a agressão. Nomear a misoginia é enxergar essa trilha antes que ela termine em tapa na cara ou sangue.

Foi por isso que o Levante Mulheres Vivas nasceu. A mobilização saiu das redes sociais, ocupou ruas, reuniu pessoas de diferentes trajetórias e ajudou a tirar o projeto da prateleira. Agora, a etapa é outra. A votação na Câmara exige presença pública e atenção total. Cada cidadão pode procurar os deputados de seu estado, cobrar posição e mostrar que a sociedade está de olho.

A aprovação dessa medida depende também da força de quem se recusa a tratar a morte de mulheres como rotina. Deputados e deputadas precisam saber que esse voto importa. É nesse espaço, entre a rua, as redes sociais e os corredores do Congresso, que o Levante Mulheres Vivas tem atuado. A experiência histórica das conquistas femininas mostra que avanços substantivos só se consolidam quando a mobilização popular encontra e ocupa canais efetivos de incidência política.

Por isso, é tempo de cobrar, participar e lembrar aos parlamentares que esse voto trata da preservação de vidas. É um passo necessário, inadiável e, acima de tudo, possível. Vamos aprovar o Projeto de Lei 896/23 para desativar essa fábrica de ódio e violência. Vamos seguir em frente com ações, não só com palavras, porque mulheres vivas no Distrito Federal e em todo o Brasil não podem esperar.